PLANO ESTRATÉGICO

2021 2026

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

PALÁCIO DA JUSTIÇA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Madre Evangelina do Colégio Santo Agostinho

G615 Goiás (Estado). Tribunal de Justiça.
Plano Estratégico sexênio: 2021 – 2026 / Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. – Goiânia, 2021.
34 p. ; il.

1. Poder Judiciário. 2. Desenvolvimento organizacional.
3. Planejamento estratégico. I. Título.

CDU: 347.97/.99 817.3)

Bibliotecária responsável: Isabel Sampaio A. Monteiro / CRB1: 1799

PLANO ESTRATÉGICO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

2021 2026

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

PLENÁRIO DO TJGO

Desembargadora **Beatriz Figueiredo Franco**
Desembargador **Leobino Valente Chaves**
Desembargador **Gilberto Marques Filho**
Desembargador **João Waldeck Félix de Sousa**
Desembargadora **Nelma Branco Ferreira Perilo**
Desembargador **Walter Carlos Lemes**
Desembargador **Carlos Hipólito Escher**
Desembargador **Kisleu Dias Maciel Filho**
Desembargador **Zacarias Neves Coelho** *(Vice-Presidente)*
Desembargador **Luiz Eduardo de Sousa**
Desembargador **Alan Sebastião de Sena Conceição**
Desembargador **Leandro Crispim**
Desembargador **Itaney Francisco Campos**
Desembargadora **Amélia Martins de Araújo**
Desembargador **Luiz Cláudio Veiga Braga**
Desembargador **Ivo Fávaro**
Desembargador **Jeová Sardinha de Moraes**
Desembargador **Fausto Moreira Diniz**
Desembargador **Norival Santomé**
Desembargador **Carlos Alberto França** *(Presidente)*
Desembargador **Amaral Wilson de Oliveira** *(Ouvidor do Poder Judiciário)*

Desembargador **José Paganucci Júnior**
Desembargadora **Maria das Graças C. Requi**
Desembargadora **Avelirdes A. Pinheiro de Lemos**
Desembargadora **Elizabeth Maria da Silva**
Desembargador **Gerson Santana Cintra**
Desembargadora **Carmecy Rosa Maria Alves de Oliveira**
Desembargador **Edison Miguel da Silva Jr**
Desembargador **Nicomedes Domingos Borges** *(Corregedor-Geral da Justiça)*
Desembargador **Itamar de Lima**
Desembargadora **Sandra Regina Teodoro Reis**
Desembargador **Guilherme Gutemberg Isac Pinto**
Desembargador **José Carlos de Oliveira**
Desembargador **Carlos Roberto Fávaro**
Desembargador **Delintro Belo de Almeida Filho** *(Diretor da Ejug)*
Desembargador **Jairo Ferreira Junior**
Desembargador **Marcus da Costa Ferreira**
Desembargador **Anderson Máximo de Holanda**
Desembargador **Maurício Porfírio Rosa**
Desembargador **Wilson Safatle Faiad**
Desembargador **Fernando de Castro Mesquita**
Desembargador **Fábio Cristóvão de Campos Faria**

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

Biênio 2021-2023

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

PRESIDENTE
Desembargador Carlos Alberto França

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Zacarias Neves Coelho

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
Desembargador Nicomedes Domingos Borges

OUVIDOR DO PODER JUDICIÁRIO
Desembargador Amaral Wilson De Oliveira

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
Desembargador Delintro Belo de Almeida Filho

JUÍZAS E JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA
Dr. Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas
Dra. Jussara Cristina Oliveira Lousa
Dr. Reinaldo de Oliveira Dutra
Dra. Sirlei Martins da Costa

JUÍZA E JUÍZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
Dr. Altair Guerra da Costa
Dra. Camila Nina Erbetta Nascimento
Dr. Ricardo Silveira Dourado

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
Secretária-Geral: Dahyenne Mara Martins Lima Alves

Central de Processamento Eletrônico
Diretora: Cássia Aparecida de Castro Alves

Centro de Comunicação Social
Diretor: Luciano Augusto Souza Andrade

Departamento de Precatórios
Diretor: Uires Gomes Rodrigues

Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas
Diretor: Roberto Nascimento

Diretoria de Estatística e Ciência de Dados
Diretor: Antônio Pires de Castro Júnior

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA

Diretoria Judiciária
Diretor: Divino Pinheiro Lemes

Diretoria de Auditoria Interna
Diretor: Marcos Nunes Laureano

Diretoria de Planejamento e Inovação
Diretora: Mislene Medrado de Oliveira Borges

Diretoria de Tecnologia da Informação
Diretor: Anderson Yagi Costa

Gabinete Militar do Poder Judiciário
Chefe do Gabinete Militar:
Tenente-coronel Rodrigo Barbosa

DIRETORIA-GERAL
Diretor-Geral: Rodrigo Leandro da Silva

Diretoria Administrativa
Diretora: Tatiana Rodrigues Ferreira

Diretoria Financeira
Diretor: Irismar Dantas de Souza

Diretoria de Obras
Diretora: Cybelle Saad Sabino de Freitas

Diretoria de Recursos Humanos
Diretora: Wanessa Oliveira Alves

Junta Médica do Poder Judiciário
Diretor: Gelson José do Carmo

Centro de Saúde
Diretor: Paulo Henrique Fernandes Sardeiro

Comissão Permanente de Licitação
Presidente: Rogério Jayme

ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO DA PRESIDÊNCIA

Coordenadoria da Infância e da Juventude
Coordenador: Dr. Carlos José Limongi Sterse
Coordenadora Adjunta: Dra. Célia Regina Lara

Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais e Turmas Recursais
Coordenador: Desembargador Marcus da Costa Ferreira

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
Coordenadora: Desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis
Vice-Coordenador: Dr. Vitor Umbelino Soares júnior

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado de Goiás
Supervisor: Desembargador Anderson Máximo de Holanda

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos
Presidente: Desembargador Carlos Alberto França
Coordenador: Dr. Paulo César Alves das Neves

Núcleo de Responsabilidade Social e Ambiental
Coordenadora: Dra. Sirlei Martins da Costa

SECRETARIA DOS COLEGIADOS

Secretaria do Plenário e Órgão Especial
Secretária: Otávia Goyanazes de Lima

Secretaria do Conselho Superior da Magistratura e das Comissões Permanentes
Secretária: Sabrina Oliveira Silva Mesquita

APRESENTAÇÃO

A apresentação deste Plano Estratégico consolida a implementação, no Poder Judiciário do Estado de Goiás, da nova estratégia definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o ciclo 2021-2026, trazendo, portanto, as balizas do caminho a ser percorrido por esta Corte nos próximos seis anos.

A elaboração do planejamento estratégico institucional seguiu as premissas definidas pela Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, e adotou os objetivos estratégicos nacionais, como forma de garantir a unicidade do Poder Judiciário.

Cabe lembrar que a instituição do Prêmio CNJ de Qualidade trouxe uma nova perspectiva à administração do Judiciário, voltado para a busca pela excelência da prestação jurisdicional.

Fortalecer a gestão e a governança judiciária, promover a transparência, a produtividade e a celeridade processual, a fim de aprimorar os serviços prestados pelo Judiciário, com emprego de recursos modernos de tecnologia da informação, de gestão de pessoas e de recursos. Tudo isso, traduzido neste plano em macrodesafios, indicadores e metas, farão com o que o Poder Judiciário goiano cumpra sua missão, sempre pautado pelos seus valores com o intuito de servir a sociedade de forma acessível, ágil, eficaz e efetiva.

Destaca-se que, no decorrer deste ciclo, outras gestões administrativas terão o desafio de dar continuidade à estratégia constituída no Plano Estratégico 2021-2026, momento em que se abre o convite a todos pares, magistradas, magistrados de primeiro grau, servidoras e servidores para caminharem juntos com o propósito de distribuir justiça e dar as respostas que a sociedade espera do Poder Judiciário.

Desembargador Carlos Alberto França
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Biênio 2021-2023

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PLANO ESTRATÉGICO 2021-2026

1.Metodologia 14

2.Diretrizes Estratégicas 18

3.Declaração de Propósito - Missão, Visão, Valores 20

4.Macrodesafios 21

5.Mapa Estratégico 29

6.Metas 31

7.Programas, projetos e ações 40

CONSIDERAÇÕES FINAIS 45

EXPEDIENTE 46

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

1. METODOLOGIA

A elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado de Goiás utilizou a ferramenta de gestão denominada *Balanced Scorecard* (*BSC*).

O *Balanced Scorecard*, metodologia criada pelos teóricos Kaplan e Norton em 1992, pressupõe que o alinhamento entre objetivos estratégicos e indicadores de desempenho, e a sua distribuição em perspectivas, asseguram uma visão integrada da organização e o alcance dos resultados desejados.

Dentro dessa metodologia foi desenvolvida uma ferramenta de gerenciamento para auxiliar as organizações na comunicação visual do alinhamento estratégico, chamada de Mapa Estratégico.

O mapa estratégico expressa de modo visual as perspectivas, os objetivos e as etapas necessárias para atingir a estratégia e permite visualizar as responsabilidades e definir metas e planos de ação.

Sob esse fundamento, a organizações públicas procuraram se adequar ao modelo e definir as métricas da avaliação de desempenho contemplando as dimensões efetividade, eficácia e eficiência com vistas a realizar a sua função social com serviços de qualidade e com menor consumo de recursos possível.

Dessa forma, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás iniciou o processo de elaboração de seu plano estratégico a partir da participação colaborativa na formulação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário - ciclo 2021-2026.

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário tem a finalidade de traçar as diretrizes da atuação institucional dos órgãos do Poder Judiciário para o próximo sexênio, com a adoção de Macrodesafios, assim chamados os objetivos estratégicos do Poder Judiciário brasileiro.

Simultaneamente, foi realizado o diagnóstico organizacional para o levantamento de informações junto aos públicos externo e interno deste Tribunal, de modo a identificar os pontos fortes e fracos, bem como as ameaças e oportunidades relativas à Instituição, considerando:

- Consulta pública
- Pesquisa de Metas Nacionais
- Pesquisas de Clima Organizacional
- Entrevistas com Presidente, Juízas e Juízes Auxiliares, Diretoras e Diretores de Área e representantes de Coordenadorias, Comitês e Núcleos
- Reunião de análise de cenários da Presidência com a Magistratura do primeiro grau do Estado, com a participação de representantes das associações de classe da magistratura e do funcionalismo

Para o desenvolvimento deste plano também se fez necessária a revisão documental de temas afetos à sistemática do Poder Judiciário nacional e goiano, tais como pesquisa dos atos normativos publicados, análise de relatórios e a identificação dos pontos relevantes. Os documentos referenciais colacionados foram:

- Relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (base 2019 – exercício 2020)
- Normativas do Prêmio CNJ de Qualidade 2019 e 2020
- Metas do Poder Judiciário Nacional – CNJ
- Plano Plurianual (PPA) 2020-2023
- Planejamento Estratégico do TJGO de 2015-2020
- Relatório dos Encontros Regionais da Corregedoria-Geral da Justiça
- Relatório da Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado de Goiás

Após a consolidação do diagnóstico organizacional e visando a sinergia com a Estratégia Nacional – sexênio 2021-2026, o Plano Estratégico do TJGO para os próximos seis anos foi concebido com a integralização dos Macrodesafios e seus indicadores distribuídos em três Perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

Em seguida foi construído o Mapa Estratégico 2021-2026 com todos os direcionadores estratégicos para o período: missão, visão, valores, perspectivas e macrodesafios.

Por fim, o TJGO vem adotando uma estratégia mais adaptativa perante as transformações e demandas exponenciais do cenário nacional e local, que exigem das organizações, inclusive do Judiciário, uma gestão cada vez mais inovadora e ágil.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL E DO TJGO PARA O SEXÊNIO 2021-2026

ESTRATÉGIA NACIONAL

Revisão Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015/2020

Formulação da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

Desdobramento da Estratégia

TJGO

ABR 2019

Levantamento prévio dos objetivos alcançados do plano estratégico institucional

Participação do Questionário eletrônico disponibilizado pelo CNJ

SET 2019

Análise de cenário (expectativas futuras) da Instituição

Participação na Consulta Pública, elaborada pelo CNJ

JAN 2020 A MAR 2020

Atuação junto à rede de Governança Colaborativa na construção dos Macrodesafios e Indicadores de Desempenho

JUL 2020 A AGO 2020

Atuação efetiva na elaboração das Metas Nacionais 2020 e 2021, por meio da Gestão Participativa

DEZ 2020

Pesquisa de Clima Organizacional

JAN 2021 A MAR 2021

Reunião de alinhamento da Presidência com as Magistradas e os Magistrados do primeiro grau do Estado

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Este plano considerou em seu bojo o disposto na Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, com seus macrodesafios e indicadores. Importante frisar que, para a elaboração dos macrodesafios do Poder Judiciário, foi realizada ampla consulta pública pelo CNJ, envolvendo as cidadãs, cidadãos, magistradas, magistrados, servidoras, servidores, advogadas, advogados e demais membros da sociedade, vislumbrando o cenário para o período de 2021-2026.

A consulta pública foi realizada em atendimento à Resolução nº 221, de 10 de maio de 2016, do CNJ, que instituiu a gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do CNJ. Desta forma, oportunizou às magistradas, magistrados, servidoras e servidores, bem como à sociedade goiana e aos partícipes da justiça opinarem sobre os desafios a serem superados pelo Poder Judiciário de Goiás no sexênio 2021-2026.

Ainda foi considerado o Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Poder Judiciário e no Ministério Público, com o objetivo de internalizar, difundir e auxiliar o processo de sua implementação, cujo objetivo é incentivar a ação para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. A Agenda conta com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas das quais muitas têm contribuição do Judiciário para seu alcance.

Outra premissa estratégica é a promoção do acesso à Justiça por meio de iniciativas que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

Ainda, importante citar como diretriz a melhoria da produtividade e da qualidade da prestação jurisdicional aferidos pelo Prêmio CNJ de Qualidade, que estabelece diversos parâmetros avaliados nos eixos: Governança, Produtividade, Transparência, Dados e Tecnologia para o alcance da missão do Judiciário.

Frente a todas estas diretrizes, o TJGO vislumbra uma instituição totalmente digital, com cuidado especial à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, em que pessoas e processos estejam alinhados para prestar um serviço ágil e de qualidade à sociedade.

Essas premissas possibilitarão às próximas gestões balizarem suas metas e estabelecerem critérios objetivos de seleção e priorização de iniciativas para o atingimento dos macrodesafios propostos.

3. DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Missão

Realizar Justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resguarde a todos o direito à dignidade e à cidadania

Visão

Ser reconhecido como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social

Valores

- Acessibilidade
- Celeridade
- Credibilidade
- Ética
- Imparcialidade
- Modernidade
- Probidade
- Responsabilidade Socioambiental
- Transparência e Controle Social

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

4. MACRODESAFIOS

Este Plano é composto dos seguintes elementos:

Perspectivas: representam as dimensões ou áreas da organização.

Macrodesafios: são os objetivos estratégicos que se pretende alcançar a médio e longo prazo.

Indicadores de Desempenho: expressam, por meio de medidas quantificáveis, o monitoramento da estratégia.

Glossário: é um documento, publicado posteriormente, para o acompanha-mento, monitoramento e execução do desempenho dos macrodesafi os, composto por métricas, formas de aferição de cumprimento que possibilita a geração de re-latórios estatísticos.

PERSPECTIVA SOCIEDADE

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

GARANTIR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Descrição:

Assegurar os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se garantir o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, possibilitar os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todas e todos.

Indicador:

- IAJ - Índice de Acesso à Justiça

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

FORTALECER A RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Descrição

Definir estratégias de comunicação e procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e o fortalecimento do Poder Judiciário goiano como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Indicador:

- Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário
- Índice de Transparência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

PROMOVER A AGILIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Descrição

Promover a realização dos serviços judiciais e extrajudiciais de forma efetiva e ágil, com a razoável duração do processo em todas as suas fases. Além disso, também propor soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja, a execução fiscal.

Indicador:

- Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais
- TCL - Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais
- IAD - Índice de Atendimento à Demanda

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

ENFRENTAR À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Descrição

Identificar e priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Indicador:

- TpCpICE - Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

PREVENIR LITÍGIOS E ADOTAR SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Descrição

Fomentar meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, de forma que a comunidade resolva seus conflitos sem necessidade de processo judicial.

Indicador:

- Índice de realização de audiências nos CEJUSCs

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

CONSOLIDAR O SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Descrição

Promover o sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando a reverter a cultura da excessiva judicialização.

Indicador:

- Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acordão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

PROMOVER A SUSTENTABILIDADE

Descrição

Estimular o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução e gestão dos resíduos gerados, o uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Indicador:

- Índice de Desempenho de Sustentabilidade - IDS

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

APERFEIÇOAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Descrição

Adotar medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Indicador:

- TpCpCCrim - Tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Descrição

Adotar políticas de gestão que proporcione a eficiência operacional, a humanização do serviço, a desburocratização, a simplificação de processos internos, o fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário goiano. Igualmente, adotar as melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

Indicador

- Índice de Desempenho nos eixos “governança” e “qualidade da informação” no Prêmio CNJ de Qualidade

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

APERFEIÇOAR A GESTÃO DE PESSOAS

Descrição

Fortalecer a política de gestão de pessoas, estimulando as práticas desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Indicador

- PRQV - Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho
- Índice de Capacitação de Magistradas e Magistrados
- Índice de Capacitação de Servidoras e Servidores

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Descrição

Alinhar a alocação dos recursos orçamentários de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública.

Indicador

- IDOB - Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias
- IEDD - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias

MACRODESAFIO (OBJETIVO ESTRATÉGICO)

FORTALECER A ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Descrição

Implantar ações a fim de aperfeiçoar a governança, a gestão e a infraestrutura tecnológica, buscando garantir integridade, confiabilidade, integração e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos.

Indicador

- IGovTIC-JUD - Avalia governança, gestão e infraestrutura de TIC

MAPA ESTRATÉGICO

MISSÃO
Realizar Justiça, assegurando à sociedade um serviço acessível, ágil, eficaz e efetivo, que resguarde a todos o direito à dignidade e à cidadania

VISÃO
Ser reconhecido como instrumento efetivo de justiça, equidade e paz social

VALORES
Credibilidade
Celeridade
Modernidade
Acessibilidade
Transparência e Controle Social
Ética
Probidade
Responsabilidade Socioambiental

PERSPECTIVA SOCIEDADE

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): GARANTIR OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): FORTALECER A RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): PROMOVER A AGILIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): PREVENIR LITÍGIOS E ADOTAR SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): PROMOVER A SUSTENTABILIDADE

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): APERFEIÇOAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): ENFRENTAR À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): CONSOLIDAR O SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): APERFEIÇOAR A GESTÃO DE PESSOAS

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Macrodesafio (Objetivo Estratégico): FORTALECER A ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

METAS

Meta 1

REDUZIR 20% DO TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES LÍQUIDOS

Pilar	Aceleração
Macrodesafio	Promover a agilidade e a produtividade na prestação Jurisdicional
Descrição da Meta	Reduzir o tempo entre a data do início do processo e a data da baixa. Não serão considerados os processos de execução, nem os processos suspensos ou sobrestados ou arquivados provisoriamente
Indicador	Índice de redução do tempo médio dos processos pendentes líquidos

Meta 2

ALCANÇAR 100% DO ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA - IAD

Pilar	Aceleração
Macrodesafio	Promover a agilidade e a produtividade na prestação Jurisdicional
Descrição da Meta	Assegurar que todas as unidades judiciárias do Estado atinjam 100% de IAD, a fim de garantir que estejam baixando mais processos do que distribuídos. Serão consideradas Varas, Juizados Especiais e Turmas Recursais
Indicador	Percentual alcançado no IAD

Meta 3

REALIZAR, NO MÍNIMO, 340.000 AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO NO BIÊNIO

Pilar	Aceleração
Macrodesafio	Prevenir litígios e adotar soluções consensuais para os conflitos
Descrição da Meta	Desenvolver ações a fim de promover a realização audiências de conciliação em Cejuscs, Varas, Juizados Especiais e Turmas Recursais, no biênio
Indicador	Índice de audiências de conciliação realizadas

Meta 4

ATINGIR O PERCENTUAL DE 50% NO ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE ATÉ O FINAL DO BIÊNIO

Pilar	Responsabilidade
Macrodesafio	Promover a sustentabilidade
Descrição da Meta	Pretende-se, por meio da integração das práticas de sustentabilidade, racionalização e uso eficiente de insumos, materiais e serviços, reduzir o consumo de energia elétrica, água, papel e copos plásticos e gastos com telefonia fixa, limpeza, segurança
Indicador	Índice de Desempenho de Sustentabilidade

Meta 5

JULGAR MAIOR QUANTIDADE DE PROCESSOS DO QUE DISTRIBUÍDOS NO BIÊNIO, NO TOCANTE ÀS DEMANDAS DE IMPACTO SOCIAL

Pilar	Responsabilidade
Macrodesafio	Garantir os direitos fundamentais
Descrição da Meta	A meta pretende realizar ações para concentrar esforços para o julgamento de, no mínimo, 100% dos processos que envolvem pessoas em situação de rua, indígenas, idosos, pessoa com deficiência, violência doméstica e infância em relação aos casos novos distribuídos no biênio, excluídos os suspensos e sobrestados, com a finalidade de prevenção da formação de um acervo processual e de propiciar a celeridade da prestação jurisdicional
Indicador	Índice de julgamento de demandas de impacto social

Meta 6

ATINGIR O PERCENTUAL DE 90% - NÍVEL EXCELÊNCIA - NO IGOVTICJUD

Pilar	Inovação
Macrodesafio	Fortalecer a estratégia nacional de TIC e de proteção de dados
Descrição da Meta	Melhorar as pontuações relacionadas aos temas de Riscos, Segurança e Infraestrutura de TIC para manter ou até elevar a nota de Excelência atingida em 2022
Indicador	Índice de Governança de TIC

Meta 7

ALCANÇAR, NO MÍNIMO, 75% NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Pilar	Integração
Macrodesafio	Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança judiciária
Descrição da Meta	Cumprir os critérios estabelecidos no Prêmio CNJ de Qualidade e se manter entre os tribunais com melhores índices de produtividade, governança, transparência e gestão de dados
Indicador	Índice do Prêmio CNJ de Qualidade

Meta 8

MODERNIZAR, NO MÍNIMO, 70% DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DO PODER JUDICIÁRIO GOIANO, TORNANDO-AS MAIS SUSTENTÁVEIS

Pilar	Infraestrutura
Macrodesafio	Promover a sustentabilidade
Descrição da Meta	Assegurar local de trabalho adequado a magistrados e servidores, por meio de reformas, construções e modernização dos prédios do Poder Judiciário goiano, pautadas pelas normas de regência do Conselho Nacional de Justiça quanto às questões socioambientais, a fim de ampliar e potencializar o atendimento aos jurisdicionados
Indicador	Taxa de edificações reformadas / construídas / modernizadas

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

PROPOSTAS PARA SEXÊNIO 2021-2026

1. Atualização da Carta de Serviços Públicos ao Cidadão
2. Calendário de Comunicação NURSA
3. Campanha Protege e Julga
4. Capacitação Equipes Interprofissionais - Marco Legal da Primeira Infância e Implicações Jurídicas
5. Cartilha - Entendendo o Depoimento Especial
6. Central de Atos de Constrição Eletrônica - CACE
7. Central de Controle, Automação e Expedição de RPV's - CCARPV
8. Central de Cumprimento de Liminares - CCL
9. Central de Expedição de Alvarás do Estado de Goiás - CEAGO
10. Central do Sistema Nacional de Adoção (CESNA)
11. Central Estadual de Atermação dos Juizados Especiais nas Comarcas do Interior
12. Central Estadual de Cumprimento de Atos do Sistema de Execução Penal Unificada (CESEEU)
13. Congresso Goiano de Integração do Poder Judiciário e da Atividade Extrajudicial
14. Encontro de Precedentes do Sistema de Juizados Especiais
15. Informativo da Corregedoria
16. Inspeções e correições - assessoria correicional
17. Instalação de Usina de Geração de Energia Fotovoltaica em Cachoeira Alta
18. Mês Estadual de Combate à Improbidade Administrativa
19. Mês Estadual de Combate aos Crimes Contra a Administração Pública
20. Mês Nacional do Júri
21. NAJ - Núcleo de Aceleração de Julgamento e Cumprimento de Metas de 2ª Instância
22. NAJ - Núcleo de Aceleramento e Julgamento e Cumprimento de Metas 1ª Instância
23. Painel de Ações Coletivas
24. Painel de monitoramento das Metas Nacionais
25. Painel Gestão à Vista
26. Parcerias com Tribunais de Justiça Estaduais – Berna (Busca Eletrônica Recursiva usando Linguagem Natural)
27. Plano Anual de Capacitação - Gestão Administrativa
28. Plano de Gestão 2023-2025
29. Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS
30. Pontos de Inclusão Digital
31. Premiação do Prêmio Goianão (Prêmio TJGO de Produtividade)
32. Prêmio Pacto Nacional da Primeira Infância
33. Prêmio Produtividade TJGO
34. Programa Apoema da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
35. Programa de Preparação Psicossocial e Jurídica Pretendentes à Adoção (PPJ)
36. Programa Encontros Regionais
37. Programa Entrega Legal
38. Programa Escuta
39. Programa Justiça Itinerante
40. Programa Pai Presente
41. Programa Pilares: Edificando a Cultura de Paz na Escola
42. Projeto Agenda 2030 – ONU/CNJ
43. Projeto AquaJus
44. Projeto Balcão Virtual

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

45. Projeto Berna IA Automação
46. Projeto Borra de Café
47. Projeto Copos Biodegradáveis
48. Projeto de Ações Planejadas de Contratos e Aquisições
49. Projeto de Ações Planejadas de Engenharia de Software
50. Projeto de Ações Planejadas de Infraestrutura Tecnológica
51. Projeto de Ações Planejadas de Segurança de Dados
52. Projeto de Ações Planejadas de Serviços a Suporte de TI
53. Projeto de Ações Planejadas para Governança em TIC
54. Projeto Execução Fiscal Eficiente
55. Projeto Finalizar
56. Projeto Flores do Ipê
57. Projeto Gabinete Virtual
58. Projeto GHG Protocol
59. Projeto Grupo Motor Gerador
60. Projeto Impressões sustentável
61. Projeto Juiz das Garantias
62. Projeto LumeJus
63. Projeto NAJ Leigos
64. Projeto PopRuaJud
65. Projeto Programando o Futuro - Sukatech
66. Rede de Atendimento e Proteção às Vitimas de Crimes e Atos Infracionais
67. Reestruturação das Unidades Judiciárias
68. Regularização Fundiária
69. Construção da Sede da EJUG
70. Semana D'Criar – Diálogos, Criatividade e Inovação (Semana de Inovação do TJGO)
71. Semana do Meio Ambiente
72. Semana Estadual dos Julgamentos Colegiados
73. Semana Nacional de Registro Civil – Registre-se!
74. Webinário - Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)
75. Webinário da Infância e Juventude

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inaugurar um novo ciclo da Estratégia Nacional, diante de um contexto de constante transformação, requer pensar em uma nova forma de trabalho, novos métodos e, principalmente, uma nova cultura.

Planejar as ações de uma instituição é um desafio e uma oportunidade, uma vez que nos permite rever o passado, reconhecer erros e acertos e inovar, de modo a traçar novos caminhos.

Nesse sentido, o TJGO finaliza a construção do Plano Estratégico 2021-2026, fundamentado pela Resolução CNJ nº 325/2020, e segue, agora, para uma nova etapa, colocá-lo em ação. Voltar os esforços para o cumprimento de metas e a execução de projetos para o alcance dos objetivos estratégicos aprovados, com o norte na melhoria constante da prestação jurisdicional.

Por certo, o preceito básico no processo de melhoria institucional é o trabalho ancorado na disposição de cada um e na integração de todos para contribuir com os objetivos da organização e fazê-la avançar e crescer. E assim se torna fundamental o engajamento de magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras e colaboradores no êxito deste Plano Estratégico.

Não se pode negar que acontecimentos imprevisíveis ou não previstos durante o planejamento podem ocorrer, e a estratégia, ora definida, poderá ser ajustada à nova realidade. E o Tribunal, diante da recente crise mundial, demonstrou a capacidade de se reinventar de forma ágil, efetiva e colaborativa.

Finalmente, este Plano Estratégico busca entregar uma gestão cada vez mais comprometida com a Missão, os Valores e a Visão do Poder Judiciário goiano, voltada para a prestação de um serviço de excelência aos jurisdicionados.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

EXPEDIENTE

Realização
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Diretoria de Planejamento e Inovação

Administração
Desembargador Carlos Alberto França

Coordenação-Geral
Mislene Medrado de Oliveira Borges

Produção textual
Diretoria de Planejamento e Inovação:
Adriana Mesquita
Adriano José da Silva Santos
Ana Flávia Ferreira Antunes
Carla Spencieri de Oliveira Ribeiro Jayme
Diego Cesar Santos
Hariel Carneiro Zoccoli
Ilton Machado Borges Junior
Jaquelline Martins e Silva
José Umberto Nunes Duarte Júnior
Leir Gomes da Silva
Lucas José da Silva
Ludmila Rosa Coelho
Mylene Aires Camargo Mesquita
Milena Naves Ataídes
Nicole Menezes Nery

Projeto gráfico e diagramação
Wendel dos Santos Reis

Impressão
Divisão de Impressão Digital do TJGO

Revisão dos textos
Gláucia Mendonça

Colaboradores
- Juízas e Juízes Auxiliares da Presidência
- Secretaria-Geral da Presidência e suas áreas
- Diretoria-Geral e suas diretorias de área
- Corregedoria-Geral da Justiça
- Diretoria de Estatística e Ciência de Dados
- Diretoria de Tecnologia da Informação
- Centro de Comunicação Social
- Coordenadoria Est.da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar
- Diretoria de Auditoria Interna
- Diretoria do Foro da Comarca de Goiânia
- Divisão de Impressão Digital do TJGO
- Escola Judicial de Goiás
- NATJUS
- Núcleo de Resp. Social e Ambiental
- Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

www.tjgo.jus.br